

Os cinco pecados mortais anti-acordo ortográfico (servidos em bandeja de História)

Paulo Jorge de Sousa Pinto*

Quando, em 1492, Isabel, a Católica, perguntou ao humanista Antonio de Nebrija para que servia a gramática de língua castelhana que este acabara de escrever, o bispo de Ávila adiantou-se ao erudito e respondeu por ele: “*que después que vuestra Alteza metiese debajo de su jugo muchos pueblos bárbaros y naciones de peregrinas lenguas, y con el vencimiento aquellos tenían necesidad de recibir las leyes: quel vencedor pone al vencido y con ellas nuestra lengua*”¹.

Algumas décadas mais tarde, em Portugal, Fernão de Oliveira enunciava, na primeira gramática da língua portuguesa, que um dos seus objetivos era “*que a possamos ensinar a muitas outras gentes e sempre seremos delas louvados e amados, porque a semelhança é causa do amor, e mais nas línguas*”, e que “*agora que é tempo e somos senhores*”, era chegado o momento de lhe dar uso, “*porque melhor é que ensinemos a Guiné cá, que sejamos ensinados de Roma*”². Pouco depois, João de Barros completava o raciocínio: as armas e os padrões de pedra que os portugueses deixavam além-mar acabariam por ser consumidos pelo tempo, mas não a língua e os costumes de Portugal, “*pois é certo que mais pode durar um bom costume e vocábulo, que um padrão*”³.

A língua sempre foi um instrumento do império; de todos os impérios, desde o latim romano ao russo soviético, até ao inglês americano da atualidade. Num estudo global e atuali-

¹ NEBRIJA, Antonio de, (1492), *Gramática de la Lengua Castellana*, Salamanca, 1492, prólogo.

² OLIVEIRA, Fernão de, *Gramática da Linguagem Portuguesa*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1988, caps. IV e V [fac-símile da ed. de 1536].

³ BARROS, João de, “Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem”, *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Tip. de Ludovico Rodrigo, 1540, p. 58.

* Doutor em Ciências Históricas, Universidade Católica Portuguesa.

zado sobre a difusão e o papel desempenhado pelas línguas na História da Humanidade, o acadêmico e investigador britânico Nicholas Ostler dedicou algumas páginas à expansão da língua portuguesa nos séculos XVI e XVII. Aqui, o autor explica, de modo sintético, o modo como se generalizou o seu uso na Ásia das Monções e, mais importante, como veio posteriormente a conhecer um poderoso impulso no continente sul-americano com o alargamento das fronteiras do Brasil, até se tornar, nos nossos dias, a 7.^a língua mundial com 176 milhões de falantes, dos quais a esmagadora maioria são brasileiros: “*o crescimento do português até à sua atual situação (...) é devedor, em praticamente tudo, do desenvolvimento económico, e consequente crescimento populacional, do Brasil ao longo de 300 anos, e muito pouco da sua difusão a partir de Portugal enquanto língua da administração colonial ou como língua franca na Ásia, tendo ambos estes fatores atinado a sua máxima expressão há mais de 400 anos*”⁴.

⁴ OSTLER, Nicholas, *Empires of the Word*, Londres, Harper Collins, 2005, p. 395 (trad. minha).

Hoje há língua, mas já não há império. O português é um elo de ligação que une muitos milhões, um património de todos os que a utilizam; é um legado do império, e já não o veículo da sua expansão e afirmação. Ora, um bem comum deve ser gerido de modo comum e, quando há necessidade de acordo entre as partes, esse entendimento deve ser obtido por consenso, em prol da sobrevivência de uma riqueza que todos partilham e a que todos chamam sua.

É um património ameaçado e em risco. Portugal, como berço da língua, deveria ser o país mais consciente dessas ameaças e a mostrar-se o mais zeloso na sua defesa. Ao invés, mostra-se incapaz de articular um qualquer plano de promoção da sua língua pelos diversos continentes, preferindo exprimir um certo saudosismo depressivo que alimenta o imaginário nacional: os portugueses emocionam-se quando ouvem rezar o terço em português, em Larantuka (Flores, Indonésia), insuflam o ego patriótico quando calha lerem alguma referência à forma como o idioma foi uma espécie de *língua franca* no Sueste Asiático que resistiu a holandeses

e britânicos e orgulham-se quando o reconhecem nos cantos mais remotos do planeta. Mas, simultaneamente, parecem incapazes de projetar expectativas e ambições no futuro e de se coordenar com o restante mundo lusófono.

Uma das formas mais patéticas dessa incapacidade é o arrastamento da discussão sobre o Acordo Ortográfico, interminável novela com mais de duas décadas e que continua a somar episódios intermitentes de rejeição, de invocação de todo o tipo de argumentos (o último dos quais é o da ilegalidade) para declarar a sua nulidade. Nas chamadas “redes sociais”, prolongam-se as discussões, geralmente muito emotivas e pouco sérias. Se há um escritor, uma figura pública, um vulto da cultura portuguesa, que tece críticas ao Acordo, é de imediato contabilizado como mais uma espingarda para a trincheira do “Não”, espécie de autoproclamado último reduto da língua, aldeia gaulesa de uma alegada invasão “brasileira” ou, não raro, derradeiro baluarte do amor à língua que Pessoa afirmou ser a sua pátria.

Muito do que se escreve, lê e comenta acerca do Acordo resulta de simples preconceito ou de deficiência de informação; há também teimosia, bairrismo, disparate puro e muito de protesto (contra a crise, contra a agitação do presente, sabe-se lá que mais). Não é raro deparar com pessoas que são contra porque sim, porque lhes disseram vagamente que é uma coisa “brasileira”; mais um prego para este tempo de incertezas, “eles” roubam salários, direitos, subsídios, até a língua bem-amada nos querem tirar. Muitas vezes é esquecido o fundamental: que as línguas modificam-se, que não são estáticas, e que se trata, apenas, de um consenso (palavra tão na moda nos dias que correm) entre os países falantes do português para acertarem velhas diferenças gráficas e para melhor adequarem a escrita à fala. O caso das “consoantes mudas” é paradigmático de algo que deveria ser acolhido com satisfação por todos. Por trás dos pormenores e das questões meramente técnicas emergem, porém, os velhos tiques de potência colonial, arrogantes e insuportáveis, que ocultam um pseudo-purismo tão irreal quanto anacrónico.

Não sendo linguista e limitando-me, tão-somente, a expressar a minha opinião de leigo, parece-me que a oposição ao Acordo, incorre, fundamentalmente, em cinco erros fundamentais, por ordem decrescente de importância: estreiteza de vistas, ignorância, arrogância, preguiça e reacionarismo.

1. Estreiteza de vistas – consiste, no essencial, na incapacidade de vislumbrar a floresta e numa fixação no galho de uma árvore, na concentração em detalhes sem entender o quadro geral. Ora, o português passou de instrumento do império a alvo de impérios alheios. A grande ameaça à língua portuguesa no mundo não está na queda da consoante muda ou no grafar dos meses do ano com minúscula, mas sim na dominância imparável do inglês, que não apenas se espalha em efeito mancha de óleo e substitui gradualmente outras línguas, como as penetra profundamente. Setorialmente, e ao que sei, afeta em especial Angola e Moçambique, enquanto que na Guiné a maior ameaça provém do francês do Senegal; o caso de Timor é deveras especial, mas, mais do que o *babasa* indonésio do período 1975-1999, é, uma vez mais, o inglês da vizinha Austrália a principal ameaça. Há, portanto, uma dimensão global, fundamental, a considerar, mas muita gente prefere apegar-se à questiúncula do *ótimo* ou da *ação* e achar que é uma cedência inadmissível, enquanto utiliza alegremente os neologismos “parcar a viatura” (*park*), “por defeito” (*by default*) ou “basicamente” (*basically*).

Há também um abastardamento da escrita proveniente da absorção de palavras e expressões abreviadas, resultante da utilização de redes sociais e de mensagens escritas de telemóvel. Curiosamente, nunca vi ninguém insurgir-se contra isto, talvez por não ter alvo visível e identificável (ao contrário do português do Brasil) nem avatares ou eminências mais ou menos pardas a dirigir o CCB, a fazer petições ou a largar alarmes para a imprensa.

2. Ignorância – Uma língua é, por definição, viva e dinâmica. Os dicionários estão cheios de vocábulos arcaicos que caíram em desuso, e todos os dias surgem novas palavras.

Ocasionalmente, é necessário adequar a sua expressão escrita, tendencialmente conservadora e sempre atrasada, ao uso corrente e quotidiano. Esta relação é desigual: é a escrita que se adapta e não o contrário. Por muito que se tente, não é possível impor formas na escrita aos milhões que falam a língua. Por exemplo, mesmo que a forma correta e recentemente dicionarizada seja “correio eletrónico”, a utilização de “email” está generalizada e é imparável. Já a sobrevivência de formas arcaicas de grafar palavras correntes pode ser aparada e corrigida. É uma opção correta e inevitável, caso contrário estaríamos a escrever como há séculos, num desvio intolerável e ridículo entre fala e escrita.

Por outro lado, a difusão do português levou a diferentes evoluções na grafia. Um acerto elementar da escrita, desde que obtido por acordo entre os diversos países – como foi o caso – é, a todos os títulos, salutar. Por fim, o Acordo incide sobre um pequeno número de vocábulos do universo da língua portuguesa e é apenas um ajustamento corretivo da sua ortografia, uma atualização que, de resto, já deveria ter sido feita há muito. Fazer corresponder a tudo isto a ideia de que “temos que passar a falar brasileiro” oscila entre o ridículo e o demagógico. Não é, aliás, o primeiro Acordo, e não será seguramente o último.

3. Arrogância – um dos movimentos mais ativos contra o Acordo é o *ILC* [Iniciativa Legislativa de Cidadãos] *Contra o Acordo Ortográfico*. A sua página na *internet* está pejada de comentários edificantes acerca de quem aprova o Acordo. Há quem diga que se recusa a ler autores que o fazem, quem considere que se trata de uma mutilação, de uma violação ou de um assassinato. E abundam, sobretudo, exemplares de uma espécie de “declarações de posse” da língua: é nossa e não temos que nos vergar a vontades alheias (presumo que brasileiras). Há meses, li por lá um argumento espantoso, que dizia que “até porque fomos nós que ensinamos muitos povos a falar na altura das Descobertas”. Outro afirmava: “Estamos no Brasil ou em Portugal? Qual é a língua original? Será que

somos nós que nos temos que adaptar, ou são eles que têm que aprender a escrever o português de Portugal?”. Muitos portugueses consideram, portanto, que têm direitos de posse sobre uma língua, só porque são naturais do país de onde ela proveio.

A realidade de 2013 é crua: há 10 milhões de falantes do “português de Portugal” num universo de 176 milhões. As melhores perspectivas de crescimento da língua estão em África e, sobretudo, na América do Sul, enquanto que na Europa é insignificante. Os tempos do galaico-português já se foram há muito; os do império também. Talvez fosse a hora de acordar para a realidade e de acertar os relógios. O português é uma das grandes línguas mundiais, cuja difusão nos devia orgulhar. Penso, contudo, que há quem preferisse que tivesse uma expressão idêntica ao lituano ou ao romeno: pequena, mas pura; orgulhosamente só, quem sabe.

4. Preguiça – Trata-se, provavelmente, da reação individual mais forte. As pessoas não sentem necessidade de adotar o Acordo, não consideram que seja importante, não estão com disposição para se esforçarem por cumprir uma coisa que lhes surge como polémica, ainda em discussão e inacabada e, por fim, não esperam que da adoção do Acordo lhes advenha algum alívio das aflições presentes ou a dissipação das sombras futuras. Aprenderam a escrever de uma maneira, escrevem assim há muito tempo e parte considera-se velha e sem paciência para voltar a aprender. E nem sentem pressão ou estímulo para o fazer. Afinal, há jornais (como o *Público*) que são arautos da oposição ao Acordo, há figuras que exercem cargos públicos – como Vasco Graça Moura ou o juiz Rui Teixeira – que recusam a sua aplicação nas instâncias que dirigem, há todo um clima de ruído que, obviamente, aumenta as dúvidas e facilita a preguiça e a resistência. Não há grande problema: o mundo continua a girar, o tempo se encarregará de amenizar estas arestas e, no fim de contas, não é verdade que ainda há quem escreva com aparo e tinteiro toda a vida, usando “ph”, “ll” e “z”?

5. Reacionarismo – o que é novo causa sempre desconfiança e resistência. Os hábitos de escrita estão muito enraizados e custam a alterar. A mudança assusta. Mas este conservadorismo instintivo que cada pessoa contém oculta muitas vezes uma obstinação quase cega, um “não porque não” que resiste a argumentos e explicações e que é alimentada, neste caso particular, pelo medo e pela dúvida amplificados pelas notícias que vão saindo regularmente na imprensa, invariavelmente no mesmo sentido: o de que o Acordo é cada vez mais contestado e que a sua aplicação foi um erro.

Um dos argumentos recorrentes é o de que o país A ou B suspendeu, recuou, arrependeu-se do Acordo. Ora, os portugueses, como se sabe, têm especial horror a uma coisa: que os tomem por tolos. Um célebre armazém de eletrodomésticos chegou mesmo a adotar como lema esta máxima estimulante: “eu é que não sou parvo!”. Portanto, a difusão destas informações espicaça-lhes um receio sensível: que o restante mundo lusófono tenha acordado para o rumo certo e que só Portugal – que, no fundo, continuamos a considerar um *país atrasado* – continue, por incúria e desleixe dos governantes e inércia dos governados, a calcorrear um caminho errado. Não deixa de ser curioso e, até certo ponto, paradigmático: os opositores ao Acordo agitam o espantinho de um alegado seguidismo em relação ao Brasil, mas só num sentido; quando as notícias que vêm do outro lado do Atlântico lhes agradam, aí já não parece haver qualquer problema em imitar os brasileiros.

Em 1631, António de Sousa de Macedo escreveu uma obra laudatória de Portugal e dos portugueses, da sua História e cultura, do seu império, dos seus aristocratas, da terra e dos seus frutos; inevitavelmente, da sua língua também. Escreveu em castelhano, ciente que estava de que era preciso passar a mensagem ao maior número possível de leitores, e de que o português não teria certamente grande saída em Madrid, onde vivia o também rei de Portugal. Da sua ode transparece a percepção de que a língua portuguesa era, já nessa época – e para além de instrumento do império –, um poderoso fator

identitário que o autor tinha por necessário proteger e salvar. Hoje, esse fator identitário chama-se lusofonia, está incrivelmente espalhado pelo mundo e une povos e culturas que a História juntou. O Acordo Ortográfico é apenas um pequeno instrumento ao seu serviço.

São estas as palavras do “primeiro jornalista português”:
“es tan copiosa la lengua Portuguesa, que no solamente tiene todas las palabras de las otras, sino muchas más. Y si otra lengua tiene alguna de las dichas palabras, es tomandola de la Portuguesa. (...); La segunda qualidad que ha de tener la lengua, es la buena pronunciacion: y esta en la lengua Portuguesa es muy facil, grave, y suave (...) y assi digo, que todas las naciones pueden con mucha facilidad pronunciar el Portugués. Otra cosa se sigue tambien de ser la lengua Portuguesa buena de pronunciar, y es, que haze hábiles a los Portugueses para tomar otra qualquiera con gran brevedad, y perfección, de manera, que yendo a terras estrañas, no se diferencian de los naturales en el hablar”⁵.

⁵ MACEDO, António de Sousa de, *Flores de España, Exce-lencias de Portugal*, Coimbra, António Simões Pereira, 1737, p. 271.